



APROVADA EM REUNIÃO DE EXECUTIVO  
DE 20/07/2017

# União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

## Junta de Freguesia

### **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** **REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2017**

#### -----**ACTA NÚMERO 10**-----

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas dezassete horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel de Sousa de Vilhena, estando presentes o Senhor Secretário Américo Marques Ferreira Duarte, o Senhor Tesoureiro Luís Manuel Figueiredo Lopes, a Senhora Vogal Rosa Lopes Costa, o Senhor Vogal José Rodrigues, a Senhora Vogal Carla Sofia Guia Pinto e o Senhor Vogal António Rocha. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Manuel de Sousa de Vilhena deu início à décima reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes: -----

#### **Antes da Ordem do Dia:** -----

- 1 – Informações -----
- 2 – Situação Financeira -----

#### **Ordem do Dia:** -----

- 1 – Proposta de Deliberação N.º 69/2017 – Emissão de parecer prévio vinculativo: celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença para serviço da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas; -----
- 2 – Proposta de Deliberação N.º 70/2017 – Empreitada de Reparação de Rede de Esgotos/Instalações Sanitárias no Mercado de Queijas – Ajuste Direto N.º 04/2017; -----

- 3 – Proposta de Deliberação N.º 71/2017 - Alteração do dia de Reuniões ordinárias de Executivo no ano de 2017; -----
- 4 – Proposta de Deliberação N.º 72/2017 - Concessão da Loja nº 08 do Mercado Municipal de Carnaxide. -----
- 5 – Proposta de Deliberação N.º 73/2017 - Proposta e implantação de Passagem de peões na Av. dos Cavaleiros, em Carnaxide; -----
- 6 – Proposta de Deliberação N.º 74/2017 - Centro Social e Paroquial S. Miguel Arcanjo - Atribuição de comparticipação financeira; -----
- 7 – Proposta de Deliberação N.º 75/2017 - Estatuto de Direito de Oposição – Relatório de avaliação de 2016; -----

#### **Ponto – Um – Informações** -----

--- No âmbito da intervenção social levada a cabo por esta autarquia, direcionada à população em idade não ativa, realizou-se hoje mais um Baile Sénior promovido pela Junta de Freguesia e dinamizado pelo Gabinete de Ação Social. Esta iniciativa integra-se num conjunto de atividades e projetos diversificados direcionados à população sénior que têm como objetivo o fortalecimento das redes afetivas dos idosos da nossa Freguesia, incrementando o relacionamento interpessoal, o conhecimento cultural e a redução de situações de carência de apoios e inatividade. A atividade contou com o apoio de várias entidades parceiras e empresas locais, nomeadamente, Pastelaria Neusa e Churrasqueira de Queijas, que numa lógica de responsabilidade social se associaram à promoção e desenvolvimento de um convívio saudável entre pares, aliando-se ao combate ao isolamento social destes munícipes. O Baile teve lugar no Salão do Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide, a quem agradecemos a disponibilidade, estando a animação musical a cargo do Grupo “Trio Maravilha”. Como vem sendo hábito, esteve assegurado o transporte gratuito dos munícipes de Outurela, Carnaxide e Queijas para o local de realização do baile, mediante inscrição prévia e limitada ao número de lugares disponíveis no autocarro, cedido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo. -----

--- A Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas promove mais um Passeio Sénior no dia trinta e um de Março, à Nazaré, com o objetivo de fomentar o convívio e o bem-estar da população em geral, bem como a continuação da promoção da ocupação dos tempos-livres dos mais velhos cuja saída da vida ativa expõe de forma direta às questões da solidão e do isolamento, o Passeio é de inscrição livre e gratuita, destinado a todos os utentes com cinquenta e cinco anos ou mais. A organização de atividades lúdicas e de lazer direcionadas especificamente à terceira idade mantém-se como uma das grandes prioridades

desta Junta de Freguesia para o presente ano, previstas nas Grandes Opções do Plano para dois mil e dezassete e dinamizadas pelo Gabinete de Ação Social. -----

#### **Ponto – Dois – Situação Financeira** -----

No período compreendido entre o dia 21 de Março de dois mil e dezassete e o dia 29 de Março de dois mil e dezassete, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 23.314,91 € (vinte e três mil trezentos e catorze euros e noventa e um cêntimos); em caixa 5.817,35 € (cinco mil oitocentos e dezassete euros e trinta e cinco cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 29.132,26 € (vinte e nove mil cento e trinta e dois euros e vinte e seis cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 4.212,03 € (quatro mil duzentos e doze euros e três cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 63.567,70 € (sessenta e três mil quinhentos e sessenta e sete euros e setenta cêntimos). -----

#### **Ordem do Dia:** -----

##### **1 – Proposta de Deliberação N.º 69/2017** -----

###### **I – INTRODUÇÃO:** -----

###### **ANTECEDENTES FÁCTICOS** -----

A reorganização administrativa do território das Freguesias, aprovada pela Assembleia da República (Lei nº 56/2012, de 8 de Novembro e Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro), alterou significativamente o mapa de Freguesias de Portugal Continental. -----

Conforme decorre das GOP aprovados para 2017 e do Protocolo de Delegação de Competências no âmbito do Contrato Interadministrativo (CI), esta Autarquia tem a competência de manutenção do espaço público para a qual necessita de operários para execução dos serviços. -----

Tendo em conta que se verifica uma situação de falta recursos por via do término dos contratos programa inserção em 20/03/2017 e a ausência de qualquer resposta por parte do IEFP relativamente às candidaturas submetidas pela União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, mostra-se necessário reforçar a área de serviços gerais, para a execução de um serviço de carácter provisório e eventual decorrente do acréscimo de trabalho, pelo que carece promover a aquisição de serviços, na modalidade de avença, com uma pessoa singular, que possa assegurar a prestação deste serviço. -----

- A prestação de serviços terá início a 10 de Abril de 2017; -----

- Para desenvolver este serviço está proposta uma pessoa singular, o Sr. Emílio Gomes varela; -----

- O preço total desta aquisição de serviços rondará os € 3.874,56 (três mil oitocentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) correspondendo ao preço mensal de € 645,76 € (seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos); -----
  - O valor estimado para a aquisição de serviços anteriormente referenciada tem cabimento na rubrica 06/01.01.07.99 (GOP/Orçamento de 2017); -----
  - A fundamentação da necessidade da aquisição destes serviços suporta-se no facto de ser um serviço provisório e eventual, decorrente do acréscimo de serviço e da falta recursos por via do término dos contratos programa inserção; -----
  - A aquisição de serviços em apreço, tendo em conta o valor do contrato a celebrar, enquadra-se no procedimento pré-contratual de ajuste direto com consulta a uma entidade, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 1 e alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, alínea a) do n.º 1 e o n.º 2, do artigo 40.º, e com o artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos ("CCP"), conjugados igualmente com a Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na versão da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), com o regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17/07) e com o disposto no artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, alínea f), in fine do preâmbulo do CCP); -----
  - A aquisição de serviços anteriormente identificada é reconduzível na modalidade de contrato de avença, dado que, por um lado visa prestações sucessivas no exercício da profissão liberal, designadamente apresentando-se como um contrato de resultado, bem como implicando uma prestação certa e mensal, típica de um contrato de avença; -----
- DOS PRESSUPOSTOS FÁCTICOS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AVENÇA: -----
- A atividade a desenvolver pelo prestador de serviços não reveste a natureza de trabalho subordinado, em concreto, por o prestador não estar sujeito às condições em que se encontra organizada a atividade laboral, designadamente, horário de trabalho, existência de controlo externo do modo da prestação, obediência a ordens, ou sujeição à disciplina; -----
  - O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social; -----
  - A celebração de contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença, é obrigatoriamente precedida de parecer prévio por parte do Executivo, nos termos da legislação em vigor. -----

## II – ANÁLISE: -----

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 10.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) «Contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no

exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar». -----

Mais preconiza o n.º 1, do artigo 32.º da LGTFP, que a celebração de contratos de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente se verificarem os seguintes requisitos:

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Seja observado o regime legal de aquisição de serviços; -----
- c) Seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

A Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017 (doravante identificada por "LOE 2017"), consagra a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo, nos casos de celebração ou de renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da LGTFP, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença.

O parecer prévio vinculativo favorável, cujos termos e respetiva tramitação serão objeto de concretização por meio de portaria do membro do Governo, depende da: -----

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP, isto é, de que se trata da execução de trabalho não subordinado para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por Portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, a qual ainda não se encontra publicada; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2017, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2016, não podem ultrapassar os valores pagos em 2016. -----

### III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E/OU REGULAMENTAR -----

A presente proposta de deliberação sustenta-se no enquadramento jurídico consagrado nos seguintes diplomas legais: -----

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto, Lei n.º 18/2016, de 20 de Junho e Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, abreviadamente identificada por "LGTFP"; -----

- Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adapta a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro aos trabalhadores que exercem funções públicas nas autarquias locais, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 80/2013 de 28/11; -----
- Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2017, abreviadamente identificada por "LOE 2017". -----
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, com as alterações previstas na Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 02 de outubro, abreviadamente identificado por "Código dos Contratos Públicos" ou por "CCP".

#### IV - PROPOSTA -----

Considerando que: -----

- 1 – Nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 51.º da LOE 2017 é da competência do Órgão Executivo emitir parecer prévio vinculativo relativo à celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença; -----
- 2 – Existe a necessidade de adquirir serviços que se traduzem na manutenção do espaço público, da competência desta Autarquia; -----
- 3 - Tais serviços serão prestados pelo período de seis (6) meses, com início a 10 de Abril de 2017, eventualmente renovável por iguais períodos, desde que não seja terminado por nenhuma das partes com aviso prévio de 60 dias, mediante informação e cabimentos iguais;
- 4 – O preço devido pela prestação de serviços não será objeto de redução remuneratória, porque o preço mensal não é superior a €1.500,00 mensais; -----
- 5- Observam-se os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 51.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. Aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, com o prestador de serviços, Sr. Emílio Gomes Varela, contribuinte n.º 218 378 050. O prestador de serviços deverá comprovar ter a sua situação contributiva regularizada junto das finanças e da segurança social. -----
  2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **2 – Proposta de Deliberação N.º 70/2017 -----**

No Mercado de Queijas, os coletores que se encontram nas instalações sanitárias que servem os utilizadores do mercado e funcionários estão danificados, o que provoca constantes obstruções, sendo este um problema de saúde pública. -----

Assim, mostra-se necessário proceder à adjudicação de uma empreitada de "Reparação de Rede de Esgotos/Instalações Sanitárias" para que seja efetuada a reparação urgente dos troços de coletor, caixas de visita e respetivas tampas nas instalações sanitárias do Mercado de Queijas que servem os utilizadores do mercado e funcionários. -----

Pelo exposto, submete-se à consideração a presente proposta de decisão de contratar.

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 20.127,45 (vinte mil cento e vinte e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal, a satisfazer pela Dotação 06/02.02.03.06.00 - Equipamentos municipais. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Código dos Contratos Públicos - CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP, a adoção de um ajuste direto.

2. A aprovação da minuta de convite a enviar à entidade convidada, bem como minuta de caderno de encargos em anexo. -----

3. Relativamente à tramitação procedimental, que seja convidada a apresentar proposta a entidade: -----

MTRSantos Instalações Técnicas Unip. Lda -----

Rua Infante de Sagres, Lote 205 -----

2605-309 BELAS -----

NIF: 509 424 066 -----

1. O órgão competente toma decisão de contratar no uso de competência própria. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **3 – Proposta de Deliberação N.º 71/2017 -----**

Na sequência de deliberação n.º 177/2016, aprovada por unanimidade dos presentes em 8 de novembro de 2016 (em anexo), torna-se necessário efetuar a alteração dos dias das reuniões ordinárias de executivo, devido à proximidade do calendário atual das assembleias municipais com efeitos a partir do mês de maio de 2017: -----

Neste sentido e em conformidade com os pontos 1 e 2 do art.º 20º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, propõe-se que: -----

1. As reuniões ordinárias de Executivo sejam realizadas quinzenalmente, na primeira quinta-feira, às 17H30 e na terceira quarta-feira de cada mês às 18H00. Quando as reuniões coincidirem com um feriado ou tolerância de ponto, realizar-se-ão na quinta-feira seguinte ou outro dia de semana a agendar. -----

2. As reuniões públicas de Executivo sejam realizadas na terceira quarta-feira de cada mês, às 18H00, alternadamente em Carnaxide e em Queijas, exceto no mês de Julho em que não se realiza. Quando as reuniões coincidirem com um feriado ou tolerância de ponto, realizar-se-ão na quarta-feira seguinte ou outro dia de semana a agendar. -----

3. Em caso de impossibilidade de algum membro do Executivo, atempadamente, não poder estar presente, poderá o Executivo acordar nova data. -----

4. Sejam acompanhadas por apoio administrativo ou que sejam as mesmas acompanhadas com meios de áudio de registo para otimização na execução de atas. -----

5. Que seja elaborado o respetivo Edital para ser afixado nos locais de estilo. -----

6. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **4 – Proposta de Deliberação N.º 72/2017 -----**

Na sequência da deliberação n.º42/2017, realizou-se a hasta pública, conforme ata em anexo, no dia 10 de março de 2017 pelas 16h50 na sede desta Junta de Freguesia para concessão da Loja n.º 8 do Mercado Municipal de Carnaxide. -----

Neste contexto e após as licitações indicadas no referido ato, a Senhora Paula Maria Lopes Mendes, portadora do documento identificativo n.º07702984 válido até 11/01/2021 e com o NIF 121.544.796, licitou a referida loja pelo valor total de 2.165,68€ (Dois mil cento e sessenta e cinco euros e sessenta e oito cêntimos). -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A atribuição da loja n.º 8 do Mercado Municipal de Carnaxide à Senhora Paula Maria Lopes Mendes, de acordo com o regulamento dos Mercados Municipais da Câmara Municipal de Oeiras, com efeitos a partir do dia 01 de Maio de 2017. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **5 – Proposta de Deliberação N.º 73/2017 -----**

No âmbito das GOP/2017 desta Junta de Freguesia e no concerne às matérias de trânsito e



circulação viária, pretende-se dar emitir pareceres a pedido do Município ou sob proposta desta Junta de Freguesia. -----

Neste sentido, esta Junta de Freguesia rececionou um pedido de um Munícipe a solicitar a inclusão de uma passagem de peões na Av. dos Cavaleiros, em Carnaxide, junto ao Leroy Merlin, anexando para o efeito a imagem para inclusão. -----

Neste contexto, propõe-se: -----

1. Inclusão de uma passagem de peões na Av. dos Cavaleiros, junto ao Leroy Merlin, em Carnaxide. -----

2. O envio ao Município para os efeitos tidos nos termos da presente deliberação. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **6 – Proposta de Deliberação N.º 74/2017 -----**

Reconhecendo a importância que a religião assume na sociedade atual e tendo como objetivo final o harmonioso desenvolvimento da condição intelectual, moral e física dos nossos munícipes, as Grandes Opções do Plano para 2017 desta Junta de Freguesia prevê, através do apoio a ações de índole cultural, social e desportiva, o incentivo a entidades que promovam o bem estar dos mais idosos. -----

Neste sentido, o Centro Social e Paroquial S. Miguel Arcanjo realizou melhorias na referida Instituição para beneficiar condições para quem utiliza e frequenta o Centro Social. -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A atribuição de uma participação financeira ao Centro Social e Paroquial S. Miguel Arcanjo, pelo valor de 600,00 € (seiscentos euros) para fazer face aos custos inerentes às melhores condições do Centro Social e Paroquial S. Miguel Arcanjo; -----

2. Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **7 – Proposta de Deliberação N.º 75/2017 -----**

Aprovado pela Lei nº 24/98 de 26 Maio, o Estatuto do Direito de Oposição assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais. -----

Tal atividade materializa-se e desenvolve-se, no direito à informação, no direito de consulta prévia sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades, no direito de participação e no direito de depor. De acordo com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até fim de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do

respeito e garantias constantes do referido Estatuto. Os citados documentos são, por sua vez, enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que deles se pronunciem. -----

De acordo com o disposto no ponto 3 do art.º 5º da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio – Direito de oposição, para a proposta das GOP e Orçamento/2016 foram convidados, para serem ouvidos na apresentação de propostas para a elaboração do referido documento, os representantes dos partidos com assento no Órgão Deliberativo que não têm representatividade no Órgão Executivo. -----

Pelo exposto propõe-se: -----

1. A aprovação do relatório de avaliação 2016 do estatuto do direito de oposição, que junto se anexa; -----

2. O envio à Presidente da Assembleia de Freguesia de Carnaxide e Queijas para conhecimento e respetivo envio aos responsáveis dos Partidos Políticos representados na Assembleia de Freguesia titulares do Direito de Oposição. -----

3. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.
---

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Secretário deu por encerrada a reunião às 18h00m.

**O Executivo**

**O Presidente**

---

(Jorge Manuel de Sousa de Vilhena)

**O Secretário**

---

(Américo Duarte)

**O Tesoureiro**

---

(Luís Lopes)

**A Vogal**

---

(Rosa Lopes)

**O Vogal**

---

(José Rodrigues)

**A Vogal**

---

(Carla Pinto)

**O Vogal**

---

(António Rocha)